



**Câmara dos Deputados**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**REQUERIMENTO Nº           , DE 2019**

(Do Sr. LUCAS VERGILIO)

Requer a realização de audiência pública conjunta nas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para debater a relevância da aprovação do PL 9.382/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRAS.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, após ouvido o plenário da Comissão, Vossa Excelência se digne a adotar as providências necessárias para realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), a fim de debater a relevância da aprovação do PL 9.382/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRAS. Para tanto, sugerimos convidar os seguintes participantes:

1 – Representante da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS.



## **Câmara dos Deputados**

2 – Representante da Associação dos Surdos de Goiânia (ASG),

3 – Representante da Associação de Tradutores e Guias – Intérpretes de Libras do Estado de Goiás.

### **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei n.º 9.382/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, fruto do amplo debate e estudos legislativos na Subcomissão Especial instituída no ano de 2017, atualmente tramita na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Conforme exposto na justificação ao projeto, no curso dos debates da Subcomissão, restou revelada a necessidade de aprimoramento da Lei Federal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para promover uma maior qualificação do tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, bem como tentar implementar, com a maior urgência, programas de formação continuada para os profissionais já formados e para aqueles que já estão em efetivo exercício. O objetivo do Projeto de Lei é fortalecer os profissionais que trabalham com Libras e ampliar a comunicação com as pessoas com surdez.

Portanto, pretendemos com a audiência pública conjunta, debater a relevância da aprovação do PL 9.382/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Pelos motivos expostos, pedimos o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em            de            de 2019.

**Deputado LUCAS VERGILIO  
SOLIDARIEDADE - GO**